

# **Crescimento Econômico, Emprego Formal e o Programa Bolsa Família entre 2004 a 2010 - Evidências Empíricas sobre os Municípios do Estado de Minas Gerais**

**Fernanda Ferreira Fernandes** – Doutoranda IE/UFU

**Maria Raquel Caixeta Gandolfi** – Doutoranda  
IE/UFU e Professora Assistente UFU

**Sabrina Faria de Queiroz** – Professora FACE/UFG

## **RESUMO**

O trabalho se propõe a investigar a influência do crescimento econômico e do Programa Bolsa Família no emprego formal nos municípios do estado de Minas Gerais entre 2004 e 2010. A metodologia utilizada foi painel, a partir de uma categorização (quatro categorias) dos municípios de acordo com o tamanho de suas populações. Os resultados mostraram que o setor agropecuário foi relevante para o emprego formal apenas nos municípios menores, o setor de serviços aumentou o emprego em todos os municípios e, por outro lado, o programa bolsa família contribuiu para reduzir o emprego formal nos municípios menores e médios.

**Palavras-chave:** Emprego Formal, Crescimento Econômico, Minas Gerais, Programa Bolsa Família.

**Área Temática:** 2. Economia

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente trabalho tem como objetivo analisar as possíveis relações entre o crescimento econômico, emprego formal e o programa Bolsa Família nos municípios do estado de Minas Gerais para o período de 2004 a 2010. Entende-se que o crescimento econômico e o programa Bolsa Família podem influenciar na quantidade de emprego formal gerada nesses municípios.

O estado de Minas Gerais tem se apresentado bastante relevante em termos de PIB e emprego formal tanto na região Sudeste como no Brasil. Conforme Relatório 2010 da RAIS, Minas Gerais ocupou, entre 2009 e 2010, o segundo lugar na região Sudeste na geração de empregos (296,1 mil postos de trabalho), sendo superado apenas pelo estado de São Paulo (794, 5 mil postos de trabalho). Além disso, o PIB mineiro apresentou nos anos 2000, uma participação em torno de 9% no PIB nacional.

As políticas neoliberais adotadas no Brasil na década de 90 geraram uma perda de capacidade de crescimento da economia provocando, além disso, mudanças na estrutura produtiva nacional e um encolhimento na geração de oportunidades ocupacionais. Esse contexto econômico provocou uma forte queda do emprego formal no Brasil, que apresenta um mercado de trabalho muito heterogêneo e desigual. Nos anos 2000, a expansão do consumo e do investimento, principalmente a partir de 2004, consolidou uma fase de crescimento expressivo da economia que teve impactos positivos sobre o mercado de trabalho. Houve recuperação dos níveis de ocupação, da criação de emprego formal e da redução da incidência do desemprego.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o país. O programa integra o Plano Brasil Sem Miséria que está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos, a partir de três eixos principais: a transferência de renda, que promove o alívio imediato da pobreza; as condicionalidades, que reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social; e as ações e programas complementares, que objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade. Como um dos focos do programa é a inclusão produtiva, torna-se relevante investigar a relação do mesmo com a geração de empregos formais.

A metodologia utilizada para se alcançar o objetivo exposto foi uma análise por meio de painéis. Para avaliar a influência das variáveis independentes (crescimento e contratos do programa Bolsa Família) sobre o emprego formal, foram estimados vários modelos econométricos, a partir de uma categorização (quatro categorias) dos municípios mineiros de acordo com o perfil das distribuições das populações.

Além desta introdução, a segunda seção contém uma análise da dinâmica do emprego formal e do PIB no Brasil nos anos 2000, passando brevemente pelos anos 1990. Ainda neste item faz-se uma análise da dinâmica do emprego formal e do PIB em Minas Gerais nos anos 2000. A terceira seção traz uma breve discussão do programa Bolsa Família. Na quarta seção apresenta-se a metodologia utilizada e a discussão dos resultados. Por fim, o artigo traz algumas considerações finais e as referências bibliográficas.

## **2. CRESCIMENTO E EMPREGO NO BRASIL E EM MINAS GERAIS**

### **2.1 CRESCIMENTO E EMPREGO NO BRASIL**

Para entender a dinâmica econômica do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000 é importante reportar aos anos 90, em que o mercado de trabalho nacional era marcado por

condições estruturais de intensa heterogeneidade<sup>1</sup> (ampliado leque salarial, elevados níveis de rotatividade e baixos salários) e deteriorou-se ainda mais com a elevação de um desemprego resultante de importantes alterações da estrutura produtiva, baixa dinâmica de geração de empregos formais e crescente precarização das condições e relações de trabalho. Os empregos neste período não acompanharam o aumento da população economicamente ativa, agravando-se ainda mais o problema da falta de empregos. Este agravamento do problema do emprego ao longo da década se deu, principalmente, pela perda de capacidade de crescimento da economia brasileira, manifestada na crescente dificuldade de sustentar o ritmo de atividade devido ao declínio da taxa de investimento e da desintegração de diversas cadeias de produção, provocada pela explosão das importações. Com a desintegração das cadeias produtivas, o mercado de trabalho perdeu em muito a capacidade de gerar emprego e valor agregado (MATTOSO; BALTAR, 1997).

Houve, assim, neste período um agravamento dos problemas do emprego no Brasil. A geração de empregos sofreu as consequências desestruturantes de um processo de retração das atividades produtivas acompanhado do desmonte das estruturas preexistentes, sem que se tenham colocado no lugar outras capazes de substituí-las (Mattoso,1999).

Para Baltar (1996), os primeiros anos da década (1990 a 1992) foram marcados por um quadro recessivo, tendo como ponto de partida uma economia já estagnada nos anos 80. Entre 1992 a 1995 houve uma recuperação da produção, não implicando em retomada das atividades econômicas, principalmente através da criação de postos de trabalho, como ocorreu nos anos 80. De 1995 em diante, a economia deixou de crescer ainda mais, ameaçando entrar em recessão. Foi principalmente neste período, a partir de 1995, após ter havido um parcial crescimento com o Plano Real (em meados de 1994), que a redução da geração de postos de trabalho formais foi mais acentuada.

No primeiro governo FHC, não apenas o desemprego alcançou um recorde histórico, como o emprego formal contraiu-se mesmo quando a economia cresceu, o que fez com que ocorresse uma ampliação da informalidade e da precarização das condições e relações de trabalho (MATTOSO, 1999, p.116).

É importante ficar claro que o Plano Real teve inicialmente como diretriz, o fato de ser um plano voltado para o aumento das importações buscando uma maior competitividade, em conjunto com adoção de políticas de cunho neoliberal, e que reforçam o papel dos mercados em detrimento da ausência de políticas sociais e de crescimento produtivo; além da diminuição do papel ativo do Estado na economia. E foram estas diretrizes que proporcionaram o sucesso inicial do plano.

Para Mattoso e Pochmann (1998), com o abandono do papel ativo e regulador desenvolvido pela ação estatal e o predomínio do processo passivo de inserção na economia internacional,<sup>2</sup> passam a configurar novos perfis produtivo e distributivo na década, fundamentados em uma maior especialização econômica, ditada exclusivamente pelo mercado. Este processo passivo esteve associado à política econômica promovida pelo governo Collor nos primeiros anos da década com uma abertura comercial indiscriminada, com desregulamentação dos mercados e da concorrência, com ausência de uma política capaz de orientar a reestruturação industrial, com sobrevalorização cambial e com elevadas taxas de juros. Todos estes aspectos, em seu conjunto, provocaram mudanças na estrutura produtiva

---

<sup>1</sup> O mercado de trabalho brasileiro por sua natureza é historicamente heterogêneo e desigual, além de altamente flexível. Estes condicionantes acentuam os atuais problemas do desemprego no país principalmente em relação à precarização e às condições e relações de trabalho. Para maiores detalhes, veja Mattoso e Baltar,1997; Mattoso, 1996.

<sup>2</sup> Para visualizar os resultados da inserção passiva do Brasil na economia internacional e nas demais políticas adotadas em 90, veja Mattoso 1996,1997.

nacional e um encolhimento na geração de oportunidades ocupacionais. Mattoso e Baltar (1997).

A abertura indiscriminada da economia brasileira num quadro mundial desfavorável, agravado pela valorização artificial da moeda nacional, por meio de taxas de juros muito maiores que as praticadas em nível internacional, provocou uma forte queda do emprego formal em um país, como o Brasil, que tem um mercado de trabalho muito heterogêneo e desigual<sup>3</sup>. (MATTOSO E BALTAR, 1997, p.296).

E ainda,

A política econômica, baseada no tripé: abertura econômica e financeira indiscriminada, sobrevalorização do Real, elevados juros, tiveram por consequência uma profunda desestruturação produtiva e do mercado de trabalho, além de ampliados desequilíbrios das contas públicas, contas externas e do desmonte do Estado. (Mattoso, 1999, p.115- 116).

Para Mattoso (1999), as consequências destas políticas aliadas à abertura comercial indiscriminada foram um crescimento econômico irrelevante e uma profunda desestruturação produtiva, além da ampliação dos desequilíbrios das contas externas e um veloz desmantelamento do Estado, ocorrido principalmente através do processo de privatizações, sonegações, guerras fiscais e sucessivos cortes de gastos e despesas públicas. Este baixo crescimento do período ocasionou, em contrapartida, uma dificuldade para preservação dos empregos formais, e ao mesmo tempo criou formas precárias de inserção no mercado de trabalho.

Para Cacciamali (1995), houve nos anos 90, uma perda da qualidade do emprego, perda dos vínculos institucionais e dos direitos trabalhistas, baixos níveis e má distribuição de renda, um emprego urbano heterogêneo e um aumento substancial da produtividade, o que porém, não implicou na geração de mais empregos. De forma geral, a principal característica do mercado de trabalho nos anos 90 foi a geração de empregos insuficientes para absorver a população economicamente ativa.<sup>4</sup> Em relação a este aspecto, pode-se dizer que a população residente urbana cresceu e, por outro lado, houve um aumento da participação dos trabalhadores sem carteira de trabalho e por conta própria, além do aumento da participação dos empregadores.

A partir dos anos 2000, conforme Bastos (2010), constata-se que houve declínio generalizado das taxas de desemprego total nos mercados de trabalho metropolitanos e crescimento do PIB de 4,3%. Já entre 2002 e 2003 ocorreu elevação das taxas de desemprego total nas regiões metropolitanas e crescimento do PIB de 1,1%, no ano de 2003, enquanto que no ano de 2004 houve uma tendência de declínio da incidência do desemprego nas regiões metropolitanas, e destaca-se como um período de recuperação dos níveis de recuperação da ocupação, da criação de emprego formal e da redução da incidência do desemprego. A performance desse período conforme o autor, esteve atrelada a um contexto macroeconômico de maior crescimento do produto, de recuperação gradativa dos investimentos e de incremento das exportações e do saldo da balança comercial do país (BASTOS, 2010).

---

<sup>3</sup> O Mercado de trabalho brasileiro é caracterizado como heterogêneo e desigual desde a sua formação, entre os anos 30 e 40. Verificou-se desde o pós guerra até a década de 70, uma ampliação de crescimento de emprego, no ritmo da expansão da população ativa urbana. Porém, este intenso crescimento da economia nacional não foi suficiente para permitir que a maioria dos trabalhadores pudesse usufruir de aumentos substanciais de poder de compra dos salários, mesmo quando tiveram acesso às ocupações de elevado nível de produtividade. Houve uma acentuada concentração de renda, além da tendência à ampliação da pobreza. Estes aspectos são em grande parte decorrentes, segundo Mattoso (1999), da ação do Estado Brasileiro que nunca se propôs seriamente a favorecer as condições para que o progresso do país se orientasse na direção da satisfação das necessidades básicas do conjunto da população.

<sup>4</sup> Diferentemente da década de 80, onde segundo a autora, a PEA cresceu além da geração de empregos. Neste sentido, o problema de geração de empregos passa por um excesso de demanda por trabalho, sem uma correspondente oferta de emprego.

A partir de 2004, começou uma forte recuperação econômica, impulsionada pelo crescimento da exportação de commodities. Nos anos seguintes, a expansão do consumo (estimulada pela maior oferta de crédito, pela gradual elevação do salário mínimo e pelo controle da inflação) consolidou uma fase de crescimento expressivo da economia, o que teve impactos muito positivos sobre o mercado de trabalho (BALTAR et al, 2010).

## **2.2 UMA ANÁLISE DO CRESCIMENTO E EMPREGO EM MINAS GERAIS**

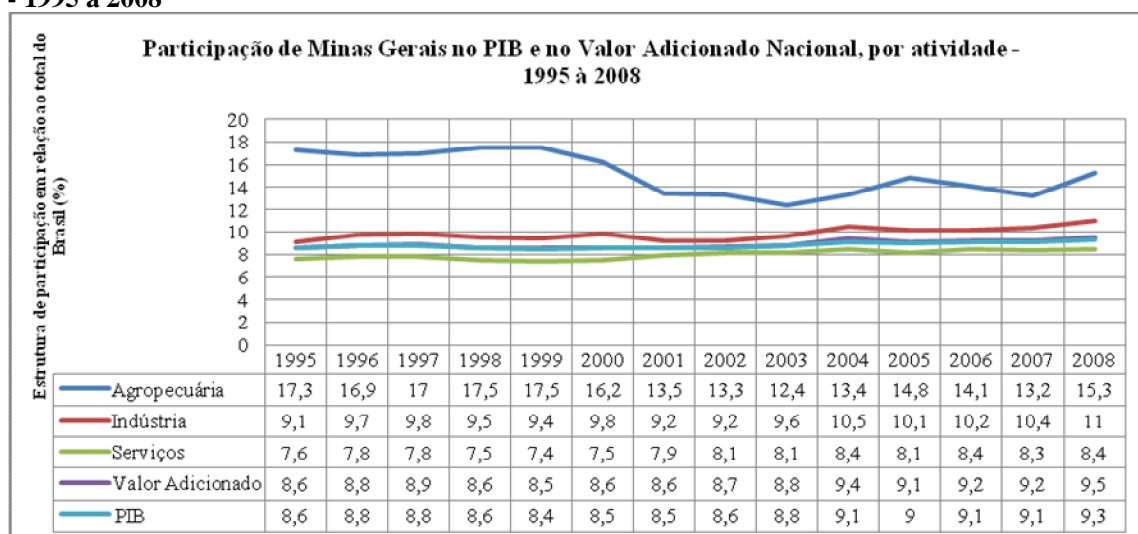
Em detrimento à necessidade de análise da evolução da economia de uma determinada localidade, é importante identificar qual a posição desta região em comparação com as demais. Com isso, o objetivo deste item é apresentar a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado de Minas Gerais, analisando o período de 1995 a 2008. Os dados foram obtidos da Fundação João Pinheiro, que é responsável pelas estimativas do Produto Interno Bruto trimestral (PIB) do Estado de Minas Gerais e co-responsável junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelas estimativas do PIB anual do estado e seus municípios.

Uma comparação do PIB do país com o da Região Sudeste e seus Estados é de fundamental importância, considerando esta representatividade em percentual. Esta participação em percentual foi medida comparando-se o valor do PIB a preços correntes do país com o da Região Sudeste e seus Estados. Nota-se que o Estado de São Paulo obteve no ano de 1995 uma participação percentual no PIB do país de 37,3%. Esta participação em percentual foi diminuindo nos anos posteriores e no ano de 2008 sua participação percentual no PIB do país foi de 33,1%, o que representa uma diminuição de 4,2 pontos percentuais.

O Estado de Minas Gerais foi o que se destacou nesta análise, considerando que seu PIB no ano de 1995 representou 8,6% do PIB do país. Esta participação nos anos posteriores foi aumentando e no ano de 2008 sua participação percentual no PIB do país foi de 9,3%, o que representa um aumento de 0,7 ponto percentual.

O Estado de Minas Gerais é o terceiro Estado em representatividade do PIB da Região Sudeste. Sua participação nesta região no ano de 1995 foi de 14,6%. Sua participação em percentual foi aumentando nos anos posteriores e no ano de 2008 esta participação percentual no PIB desta região foi de 16,6%, o que representa um aumento de 2 pontos percentuais. no período. O gráfico 1 a seguir apresenta a participação do Estado de Minas Gerais no PIB e no Valor Adicionado Nacional, por atividade.

**Gráfico 1 - Participação de Minas Gerais no PIB e no Valor Adicionado Nacional, por atividade - 1995 à 2008**



**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Coordenação de Contas Nacionais (CONAC).

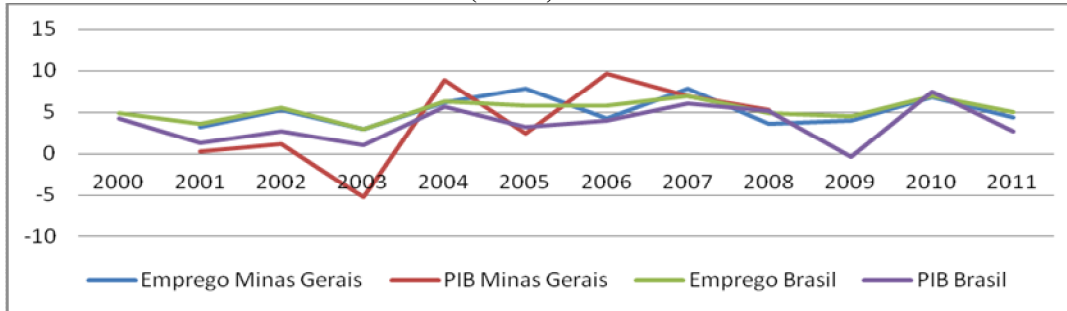
O PIB da atividade agropecuária no Estado de Minas Gerais é predominante em relação às atividades industriais e de serviços. Percebe-se, porém, analisando a evolução do PIB da atividade agropecuária, que até o ano de 1999 houve estabilidade desta participação, e a partir do ano de 2000 houve redução e oscilação desta participação até o ano de 2008, sendo o menor percentual apresentado no ano de 2003. Comparando o percentual do ano de 1995 com o percentual do ano de 2008, houve uma diminuição de 2 pontos percentuais nesta participação.

Finalmente, o dado da agricultura não deixa de ser intrigante, especialmente pelo fato de que, exatamente no período em que a economia brasileira passou a contar com maior proteção cambial, o setor mostrou a menor sensibilidade do emprego às variações do produto. Uma possível explicação está no volume de investimentos que vem recebendo a agricultura no último período, parte dos quais, associada a políticas bem definidas do governo federal, que fizeram da agricultura mecanizada o centro dinâmico de produção do setor.

A atividade industrial, por outro lado, apresentou aumentos constantes deste percentual de participação durante o período analisado, o que mostra um aumento das atividades industriais neste Estado. No ano de 1995 a participação percentual da indústria foi de 9,1% e no ano de 2008 esta participação foi de 11%, perfazendo um aumento de 1,9 pontos percentuais. O setor de serviços também obteve aumento da participação, sendo que esta foi no ano de 1995 de 7,6% e no ano de 2008 esta participação foi de 8,4%, representando um aumento de 0,8 ponto percentual.

Em relação ao emprego formal pode se constatar que também estes seguem uma linha ascendente nos últimos anos, seguindo também uma tendência do que ocorre no Brasil. Porém conforme gráfico 2 partir de 2004 pode-se verificar que o PIB de Minas Gerais vem caindo o que porém não ocorre com o emprego formal.

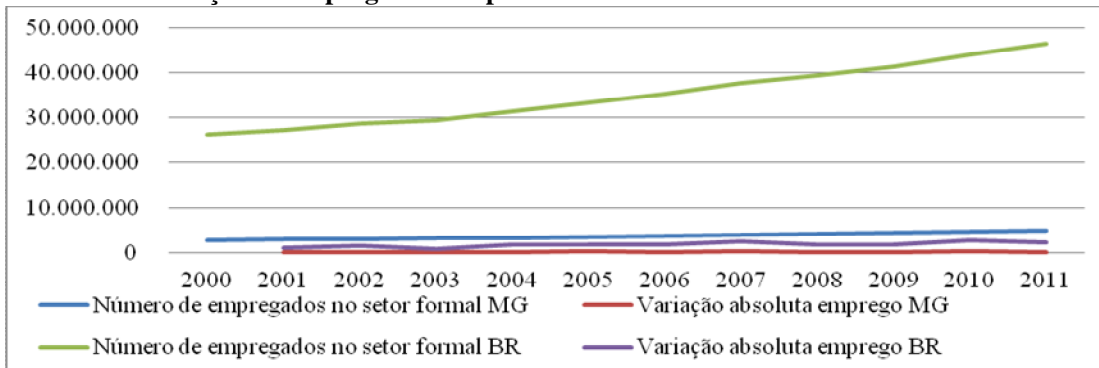
**Gráfico 2 - Taxa de crescimento anual (em %)**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2011, RAIS e do IBGE.

O aumento dos empregos formais em Minas gerais também seguiu uma tendência de aumento principalmente a partir de 2004, conforme Gráfico 2.

**Gráfico 3 - Evolução do emprego formal para Minas Gerais e Brasil**



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do Índice Mineiro de Responsabilidade Social 2011, RAIS e do IBGE.

Conforme Bastos (2010), a partir de 2004, constatou-se uma recuperação dos níveis de ocupação, da criação de emprego formal e da redução da incidência do desemprego. Baltar et al (2010) acrescenta que o crescimento ocorrido neste período foi favorecido por um forte aumento da ocupação, do emprego formal, dos rendimentos do trabalho, das transferências de renda, da valorização do salário mínimo, o que contribuiu para uma elevação da renda das famílias.

Outro dado marcante sobre o estoque de empregos formais do país diz respeito à trajetória de crescimento segundo os diferentes portes de municípios em termos populacionais. Desse ponto de vista, o que se observa é a nítida interiorização do emprego. Embora a taxa de crescimento do número de trabalhadores formais seja observada em todos os grupos de municípios selecionados, ele é mais intenso, em termos relativos, naqueles municípios de pequeno porte (DIEESE, 2012).

O emprego formal tem crescido mais nos municípios de menor porte em termos populacionais. Em 2011, a taxa de crescimento do estoque de empregos foi maior que a apresentada em 2010 apenas nos municípios com menos de 50 mil habitantes, 6,2% contra 5,8%. Em todas as demais cidades, a taxa de 2011 foi inferior à de 2010. A maior diferença de variação entre 2011 e 2010 foi registrada nos municípios que têm entre 500 mil e menos de um milhão de habitantes, nos quais houve queda de 3,5 p.p. entre os dois períodos. Por outro lado, a menor diferença ocorreu nos municípios de 50 a 99,9 mil habitantes, onde houve redução de 1,5 p.p. no emprego formal.

### 3. O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Em relação ao Programa Bolsa Família, este programa se constituiu em um programa de transferência condicionada de renda, sendo mais um programa emergencial que estrutural e que visa promover o alívio imediato da pobreza. A ruptura do ciclo da pobreza é esperada por meio das condicionalidades, que reforçam o exercício de direitos sociais nas áreas de saúde e educação, e que potencialmente propiciam o combate a pobreza futura por meio do investimento no desenvolvimento humano. Outro aspecto, é que quando se associa processo de geração de oportunidades empoderando os grupos humanos excluídos, propicia-se um efeito sinérgico de mobilidade social nos grupos envolvidos nestes processos.

Dessa forma a política pública de assistência social assume uma posição importante no combate a pobreza e marca a entrada do Estado como ator singular do processo. Definida a política pública, "não contributiva, é dever do Estado, e direito de todo cidadão que dela necessitar", tem seu nascedouro no Artigo 203 da Constituição Federal de 1988, e dá as diretrizes para a gestão das políticas de atenção a grupos vulneráveis. Na sequência da regulamentação, veio a Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) de 1993, que estabelece os objetivos, princípios e diretrizes das ações. Foi o primeiro passo no sentido da regulamentação após a Constituição Federal de 1988. (CRESS 11<sup>a</sup> região, 2007). A Loas determina que a assistência social seja organizada em um sistema descentralizado e participativo, composto pelo poder público e pela sociedade civil. Desde a abertura política, foi uma luta de vários segmentos da sociedade civil por uma concepção de assistência social descolada de sua raiz assistencialista, e esse anseio veio se consumar com a IV Conferência Nacional de Assistência Social que deliberou, então, pela implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) materializado em 2005, em que a assistência social deixava de ser uma ação da benemerência para se constituir numa política pública de fato com recursos financeiros e leis que a disciplinam.

Cumprindo essa deliberação, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) desencadeou o processo para universalizar o Sistema que passou a articular meios, esforços e recursos para a execução dos programas, serviços e benefícios sócio assistenciais, bem como, capacitar estados e municípios para operacionalizar a recém criada Política Pública que tinha a missão de organizar a oferta da assistência social em todo o Brasil. Sua finalidade clara é promover o bem-estar e proteção social a todos que dela necessitassem conforme a gestão das ações sócio assistenciais previstas na NOB-SUAS.

O sistema disciplina a descentralização administrativa e inclui o controle social na relação entre as três esferas do Governo: União, Estados e Municípios e as formas de aplicação dos recursos públicos. As ações são baseadas nas orientações da nova Política Nacional de Assistência Social (PNAS) que enfatiza a participação dos fundos de financiamento nas três esferas de governo e aprovada pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) em 2004.

A gestão da assistência social é acompanhada e avaliada tanto pelo poder público quanto pela sociedade civil, representados paritariamente nos conselhos nacional, do Distrito Federal, estaduais e municipais de assistência social. O controle social consolida um modelo de gestão transparente em relação às estratégias e à execução da política. A transparência e a universalização dos acessos aos programas, serviços e benefícios sócio assistenciais, promovidas por esse modelo de gestão descentralizada e participativa, consolida, a responsabilidade do Estado brasileiro no enfrentamento da pobreza e da desigualdade, com a participação da sociedade civil organizada, por meio de movimentos sociais e entidades de assistência social.

Entre os Programas da Política Pública de Assistência Social destaca-se o Programa Bolsa Família. O PBF é um programa de transferência direta de renda focalizado nos



segmentos mais vulneráveis, condicionado a critérios previamente estabelecido em lei, de livre utilização pelo beneficiário e com o foco direcionado para a mulher em função de seu comprometimento histórico com a prole. Regulamentado pela Lei nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 e pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o PBF promoveu a unificação dos Programas (remanescentes): Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação, Auxílio Gás. Seus objetivos definem-se por combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social.

O Programa Bolsa Família seleciona as famílias com base nas informações inseridas pelo município no Cadastro Único para Programas Sociais. O Cadastro é um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias de baixa renda existentes no País. Com base nas informações inseridas no Cadastro Único, o MDS seleciona, de forma automatizada, as famílias que serão incluídas no Programa. O critério principal é a renda familiar por pessoa. O cadastramento não implica a entrada imediata das famílias no Programa e o recebimento do benefício. Famílias com renda superior a meio salário mínimo também podem ser inscritas, desde que sua inserção esteja vinculada à inclusão e/ou permanência em programas sociais implementados pelo poder público nas três esferas do Governo.

Para receber o benefício, as famílias necessitam atender as condicionalidades definidas no programa que implica revisão cadastral a cada dois anos; frequência mínima de 85% da carga horária relativa, aos serviços sócio educativos para crianças e adolescentes em risco ou retiradas do trabalho infantil. Vacinação para crianças menores de 7 anos; pré-natal das gestantes; acompanhamento das mulheres na faixa etária de 14 a 44 anos. Frequência escolar mínima de 85% das crianças entre 06 e 15 anos; frequência escolar mínima de 75% dos adolescentes de 16 e 17 anos. As famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa podem ser incluídas no Programa independentemente de sua composição; as famílias com renda mensal entre R\$ 70,01 e R\$140,00 por pessoa podem ingressar no Programa desde que tenham gestantes, nutrízes, crianças e adolescentes entre 0 e 15 anos e/ou adolescentes de 16 e 17 anos; as famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício básico, e o variável jovem até o máximo de R\$200,00 por mês.

Entre os resultados confirmados do Programa, destaca-se o atendimento a 11,1 milhões de famílias dos municípios brasileiros, conforme dados do MDS (2010). As pesquisas comprovam a significativa redução da extrema pobreza e da desigualdade e a melhoria da situação alimentar e nutricional das famílias beneficiárias. Porém apesar de estar vinculado ao PFZ, o PBF apresentou uma elevação nos gastos em relação ao PFZ, passando assim a ser prioridade na política social do governo. Dados estes que podem ser confirmados a partir dos quadros a seguir:

**Quadro 1 - Relação dos gastos do Programa Fome Zero**

Ano	Gasto
2003	R\$ 3,1 bilhões
2004	R\$ 392 milhões
2005	R\$ 529 milhões

Fonte: Souza (2006, p.80).

**Quadro 2 - Relação dos gastos do Programa Bolsa família**

Ano	Gasto	Número de beneficiários
Outubro de 2003	R\$ 3,4 bilhões	3,6 milhões de famílias
2004	R\$ 5,7 bilhões	6,5 milhões de famílias
2005	R\$ 6,4 bilhões	8,7 milhões de famílias

Fonte: Souza (2006, p.80).

Conforme Souza (2006), apesar dos gastos relevantes do governo com o PFZ no ano de 2003, a partir de 2004, o PFZ passou a dividir seus recursos com o PBF, que passou a ter um direcionamento maior de recursos, recursos estes voltados mais para uma política de transferência de renda, do que políticas estruturais de melhoria no desenvolvimento.

Para Souza (2006)

A crítica feita a esse movimento de supervalorização do programa bolsa-família em detrimento do Fome Zero refere-se à concordância com a perspectiva de Belik e Del Grossi (2003), a qual assevera que políticas simples de transferência de renda não possuem meios para erradicar a pobreza. Portanto consideramos que foi enfatizado um programa de distribuição de renda de pouca eficácia para combater a fome e a pobreza no país, mediante a emancipação social das pessoas carentes, o que mudou a natureza do PFZ, o qual previa pesos e medidas próximos entre as ações estruturantes e emergenciais.” (SOUZA, 2006, p. 81).

Para o autor, esta questão é reforçada pelo fato de que a mudança de direcionamento da política social, saindo da proposta elaborada pelo PFZ e desembocando em um programa de transferência de renda – O Bolsa Família – gera poucos meios de emancipação social das famílias carentes. O governo passou a privilegiar o âmbito emergencial das ações do Fome Zero em detrimento do âmbito estrutural, e esta constituiu a grande perda da política social vivenciada na implementação do programa.

### **3.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, ALGUNS LIMITES E POTENCIAIS DE UMA POLÍTICA PÚBLICA DE EMANCIPAÇÃO**

A emancipação das famílias atendidas pelo PBF está ligada ao desenvolvimento e identificação de recursos econômicos, culturais e naturais específicos de cada localidade e à oferta de oportunidades para o desenvolvimento de suas capacidades. E se configura na articulação de programas e ações complementares desenvolvidos pelas três esferas do governo e a sociedade civil que focaliza prioritariamente as famílias atendidas pelo Bolsa Família em seus programas, já que o seu público é caracterizado como o de maior vulnerabilidade social. Tal articulação é realizada com o objetivo de acesso das famílias às ações e políticas setoriais relacionadas à geração de trabalho e renda, acesso ao conhecimento, condições habitacionais, direitos sociais, desenvolvimento local, dentre outras.

Trata-se de um importante instrumento que embasa a formulação e a gestão das ações do poder público. As informações sobre a situação do domicílio (próprio, alugado, cedido ou invasão), o tipo do domicílio (casa, apartamento ou cômodos), infraestrutura (saneamento ou pavimentação), por exemplo, contribuem para a formulação de políticas habitacionais específicas. As informações sobre a escolaridade de cada membro da família ajudam na formulação de políticas educacionais e na identificação das pessoas que demandam cursos de alfabetização e de capacitação de jovens e adultos. Em muitos casos, não se trata de implantar novas ações ou formular políticas, mas de ampliar o alcance das políticas e programas que já existem.

Para tanto, e assim como o Bolsa Família, os programas desenvolvidos nas outras esferas do governo utilizam ferramentas para identificação e garantir o atendimento de seu público, como o Cadastro Único. A utilização das ferramentas de focalização facilita a articulação desenvolvida pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com os outros entes federados, para que o público do programa bolsa-Família acessem às políticas e programas emancipatórios e, ao mesmo tempo, possa evitar a sobreposição de demanda e de esforços, já que a maioria dos programas sociais são focalizados nas famílias mais vulneráveis do país.

As informações para o Bolsa Família são coletadas pelas prefeituras municipais e permitem a identificação de potenciais beneficiários dos programas sociais. Ela é constituída

por grupos de informações cujas principais são: (a) identificação da família e das pessoas que a compõem; (b) características familiares; (c) identificação da residência e de suas características; (d) renda da família; (e) gastos da família; e (f) informações sobre propriedades e participação em programas sociais.

Outro aspecto é que com as informações do MDS, o Governo Federal utiliza a base de dados do Cadastro Único para Programas Sociais para identificar potenciais beneficiários de programas sociais. Do mesmo modo, governos estaduais e municipais também utilizam o Cadastro Único para identificação do público-alvo de programas locais. Dessa forma, o PBF envolve uma política pública descentralizada também por município com a utilização de um único banco de dados pelas três esferas de governo – União, estados e municípios o que permite a focalização dos programas sociais, para integrar esforços de todos os entes federados no enfrentamento da pobreza. Dessa forma, evita-se o desperdício de recursos e otimiza-se a gestão dos programas.

Neste aspecto é importante associar com a leitura de Ortega e Sobel (2007) que abordam estratégias de desenvolvimento territorial e as formas de atuação estatal com vistas ao desenvolvimento territorial e local. A primeira estratégia é de cima para baixo (a estratégia de desenvolvimento local é planejada de forma centralizada pela esfera federal) e a segunda estratégia, de baixo para cima, em que os planos de desenvolvimento local são feitos de forma descentralizada, por meio da participação das esferas públicas e privadas. Conforme os autores é na lógica da segunda estratégia que é possível um maior potencial para desenvolvimento social, por se caracterizar pela parceria governo-sociedade local. “Isto porque a descentralização do planejamento resulta em uma maior organização da comunidade, aumentando a sua participação nas diretrizes que o município deve seguir. Neste segundo tipo de investimento há uma maior preocupação com aspectos sociais da localidade; há um maior conhecimento das necessidades das famílias e das características locais, podendo aumentar a eficiência na exploração de suas potencialidades com as políticas implementadas; e há um maior comprometimento da comunidade com o êxito dos programas implementados” (ORTEGA; SOBEL, 2007, p.68).

Este maior envolvimento entre poder local, e comunidade é de extrema importância para que possam ser propiciadas melhoria das condições sociais e porta de saída (emancipação) das famílias pobres.

#### **4. METODOLOGIA**

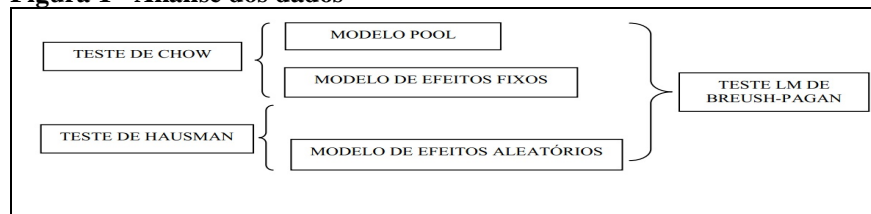
Os dados utilizados neste trabalho foram colhidos de bases de fácil acesso, especialmente da base de dados do IPEA data e do *software* disponibilizado pela Fundação João Pinheiro contendo informações a respeito do Índice Mineiro de Responsabilidade Social. O *software* possibilitou criar uma base de dados para análise dos modelos de regressão linear simples e regressão linear múltipla que serão apresentados no próximo item. Os anos escolhidos para a análise foram 2004 a 2010 tendo como base os municípios de Minas Gerais

Com o objetivo de avaliar a relevância de *vagro*, *vind*, *vserv* e *bf* sobre o emprego formal, foram estimados vários modelos econométricos. Nesta seção, são apresentados apenas os modelos que consideram a heterogeneidade dos municípios decorrente do seu tamanho. Ou seja, os modelos estimados separadamente para cada um dos grupos de municípios segmentados segundo quantidade de população, conforme descrito na metodologia.

Os resultados das estimações dos modelos, sem a consideração daquelas categorias, estão em anexo e indicaram, através dos testes de Chow, ou também chamado de teste F de

Wooldridge, do teste de Hausman e do teste LM de Breush-Pagan<sup>5</sup> que a estimação dos modelos por Efeitos Fixos, ou seja, a consideração de que o efeito não observado ( $a_i$ ) está correlacionado com as variáveis independentes do modelo, é a opção adequada para os dados considerados. Foi seguido o seguinte esquema para a escolha do modelo que melhor se ajustou aos dados:

**Figura 1 - Análise dos dados**

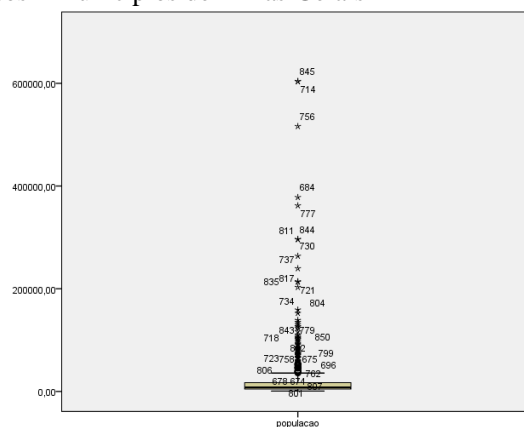


Fonte: Elaborado pelos autores

#### 4.1 DEFINIÇÃO DA VÁRIÁVEL DE CONTROLE TAMANHO DOS MUNICÍPIOS

A partir da distribuição das populações dos 853 municípios do Estado de Minas Gerais, identifica-se uma necessidade de categorização por meio de agrupamentos de cidades a partir de faixas de população, visto que, em um único agrupamento há inúmeros pontos que podem ser interpretados como *outliers*, conforme a figura 2.

**Figura 2 - Análise dos dados – municípios de Minas Gerais**



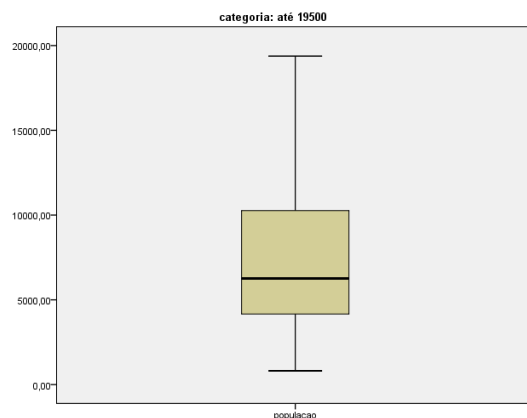
Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos dados FJP.

Dessa forma, buscou-se identificar dentro da variável “população” quais os possíveis agrupamentos que possam ser justificados estatisticamente por meio de uma distribuição em quartis.

O primeiro agrupamento que pode ser definido a partir da eliminação dos *outliers* foi a categoria de “até 19.500 habitantes” que pode ser identificada a partir da figura 3. Essa categoria representa 668 municípios do Estado.

<sup>5</sup> Para o teste F, executado juntamente com o modelo de Efeitos Fixos tem-se que  $H_0$ : o modelo pool é preferível ao de Efeitos Fixos. E para o teste de Hausman executado quando se estima o modelo considerando Efeitos Aleatórios,  $H_0$ : Modelos de Efeitos Aleatórios e  $H_a$ : modelos de efeitos fixos.

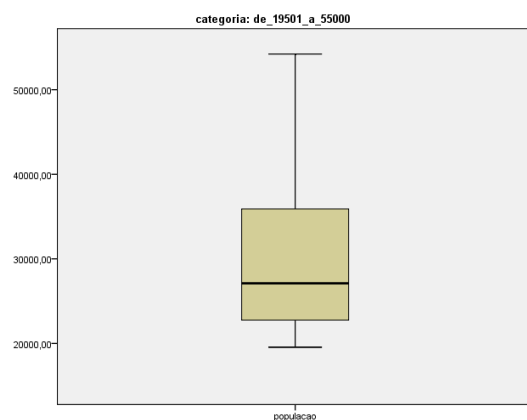
**Figura 3 - Categoria Municípios de até 19.500 habitantes**



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados FJP.

Na figura 4, definiu-se a categoria de “19501 a 55000” habitantes, com 127 municípios.

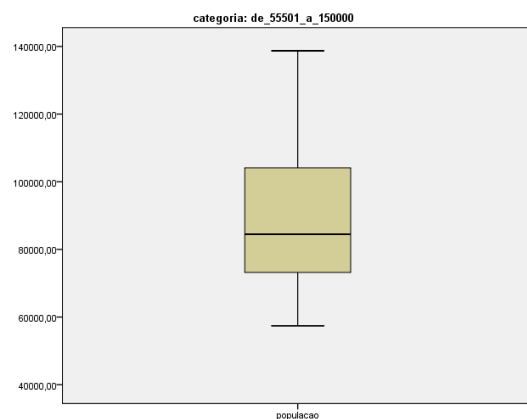
**Figura 4 - Categoria Municípios de “19501 a 55000” habitantes**



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados FJP.

Na figura 5, definiu-se a categoria de “55001 a 150000” habitantes, com 43 municípios.

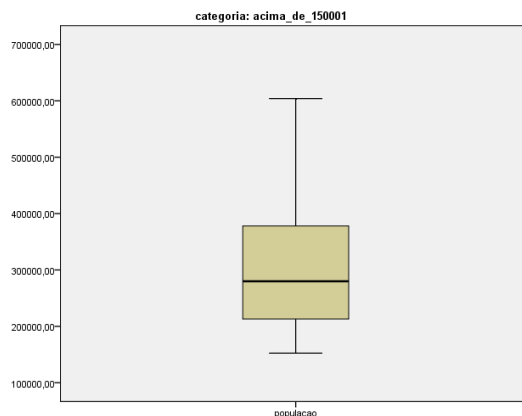
**Figura 5 - Categoria Municípios de “55001 a 150000” habitantes**



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados FJP.

Em uma quarta e última análise, definiu-se a categoria “acima de 150001” habitantes, com 14 municípios. Nesse caso, o município de Belo Horizonte com mais de 2 milhões de habitantes continuou como *outlier* e por isso não fará parte das análises.

**Figura 6** - Categoria Municípios de “acima de 150001” habitantes



**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados FJP.

De forma resumida, temos o seguinte quadro:

**Quadro 3** - Distribuição dos municípios por categoria de número de habitantes.

<b>Categoria</b>	<b>Quantidade de Municípios</b>
ate_19500	668
de_19501_a_55000	127
de_55501_a_150000	43
acima_de_150001*	14

\*O município de Belo Horizonte foi excluído da análise.

**Fonte:** Elaborado pelos autores a partir dos dados FJP.

## 4.2 ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados encontrados, segundo tamanho de município, estão apresentados em seguida na Tabela 1. As equações de (1) à (4) foram estimadas para as diferentes categorias de municípios consideradas, ou seja, a equação (1) foi estimada somente para os municípios com até 19.500 habitantes em 2010, enquanto que a equação (2) foi estimada para o grupo de município que possuía entre 19.501 e 55.000 habitantes. A equação (3) se refere aos municípios com 55.501 e mais de 55.501 até 150.000 habitantes e, por último a equação (4) capta os efeitos sobre o emprego nos município que possuíam 150.001 habitantes e mais em 2010.

E, as equações de (5) à (6) também foram estimadas para as mesmas categorias de municípios, consideradas separadamente, tal como nas equações de (1) à (4), contudo, foram adicionadas variáveis *dummies* para os anos da dimensão temporal, com exceção de 2003, o ano de referência. A inclusão das *dummies* anuais permitiu comparar o emprego formal de cada ano considerado, expresso nas *dummies*, com o ano de referência (2003) e incluir variáveis que captam uma possível tendência temporal da variável dependente.

Assim, foram obtidos os seguintes resultados para os modelos estimados considerando a existência de Efeitos Fixos, por categorias dos municípios.

Para o grupo de municípios menores (Equações 1 e 5) as estimações indicaram que o valor adicionado dos três setores da economia são estatisticamente significativos para explicar emprego formal (emp). O setor agropecuário e de serviços contribuem para aumentar o emprego formal, enquanto que um aumento do valor adicionado do setor industrial reduz o emprego formal. Em termos de significância econômica, o setor de serviços contribuiu mais do que o agropecuário, pois, uma aumento de R\$1.000,00 no valor adicionado do setor de serviços relaciona-se à um aumento de 10 unidades no emprego formal, enquanto que o mesmo aumento no valor adicionado do setor agropecuário eleva o emprego formal em apenas uma unidade. Quanto à importância do programa Bolsa Família (variável independente “*bf*”) para o emprego formal, os resultados apontaram para a significância estatística apenas na Equação (5) que inclui as dummies temporais, e o efeito se dá no sentido de redução do emprego formal. Ou seja, um aumento do número de contratos do programa bolsa família nos pequenos municípios atua no sentido de redução da quantidade de emprego formal.

Por fim, no que se refere à diferença no emprego formal entre 2004 e os demais anos, estimativas para os coeficientes das *dummies*, indicaram que, pelo menos para as duas categorias de municípios menores, o emprego formal aumentou, quando comparado ao ano de 2004, nos anos de 2005, 2006 e 2007. Já em 2008 e 2010 o aumento em relação ao ano base foi menor quando comparado ao período imediatamente anterior. Ou seja, enquanto em 2007 o emprego formal era em média 75.41 maior que em 2004, em 2008 ele era em média, apenas, 39.13 maior que em 2004.

No que se refere aos municípios que compõem a segunda categoria de tamanho populacional (Equação 2 e 6), o valor adicionado da agropecuária perde significância estatística se comparado aos resultados encontrados para o grupo de municípios menores. A única variável independente que ainda permanece importante para explicar o emprego formal é o valor adicionado do setor de serviços.

No terceiro grupo de municípios, com tamanho populacional entre 55.501 e 150.000, o setor de serviços continua sendo o único relevante para explicar o emprego formal, e o programa bolsa família apresenta efeito negativo sobre emprego formal, quando se analisa a equação (7), que inclui o efeito temporal.

**Tabela 1: Resultado das Estimções com Dados em Painel por Efeitos Fixos**

Variável Dependente: emp								
Variáveis Independentes	(I)	(II)	(III)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
vagro	0.001** (0.000)	0.002 (0.001)	0.001 (0.003)	0.044*** (0.011)	0.001*** (0.000)	0.002* (0.001)	-0.000 (0.002)	0.014 (0.011)
vind	-0.001*** (0.000)	0.000 (0.000)	-0.001*** (0.000)	-0.001 (0.001)	-0.001*** (0.000)	0.000 (0.000)	-0.000 (0.000)	-0.001 (0.001)
vsev	0.010*** (0.000)	0.011*** (0.001)	0.011*** (0.001)	0.008*** (0.001)	0.010*** (0.000)	0.010*** (0.001)	0.005*** (0.001)	0.008*** (0.001)
bf	0.000 (0.000)	0.002*** (0.000)	0.003*** (0.001)	0.006*** (0.002)	-0.001*** (0.000)	0.000 (0.001)	-0.005*** (0.001)	-0.001 (0.002)
2005.ano					40.011*** (8.995)	200.377*** (60.352)	1172.686*** (212.193)	1642.288* (945.702)
2006.ano					56.027*** (9.273)	259.970*** (64.492)	1951.010*** (233.844)	1913.713* (991.042)
2007.ano					75.481*** (9.795)	416.422*** (70.104)	2632.869*** (268.261)	3175.669*** (1,124.831)
2008.ano					39.313*** (10.520)	290.556*** (79.830)	2808.012*** (301.452)	3954.927*** (1,212.813)
2009.ano					75.827*** (11.878)	408.226*** (94.152)	3642.266*** (372.123)	5855.569*** (1,426.467)
2010.ano					74.403*** (12.923)	377.661*** (110.102)	4467.286*** (446.059)	8767.745*** (1,593.972)
Constant	507.819*** (8.286)	2564.228*** (62.374)	10389.672*** (274.197)	36174.000*** (1,089.944)	505.678*** (10.695)	2630.975*** (96.409)	13287.201*** (419.854)	41176.149*** (1,351.733)
Observations	4,676	889	301	98	4,676	889	301	98
R-squared	0.305	0.608	0.762	0.933	0.317	0.627	0.838	0.954
Number of cod	668	127	43	14	668	127	43	14
R2	0.305	0.608	0.762	0.933	0.317	0.627	0.838	0.954
R2adj	0.188	0.541	0.718	0.919	0.202	0.559	0.804	0.940
n	4676	889	301	98	4676	889	301	98

Standard errors in parentheses.

\*\*\* p<0.01, \*\* p<0.05, \* p<0.1

Fonte: Dados da pesquisa.

Por fim, os resultados das estimções para o grupo de municípios enquadrados na última categoria, ou seja, com maior população, indicaram que apenas o valor adicionado do setor de serviços apresenta significância estatística para explicar o emprego formal. E, o coeficiente estimado revelou que um aumento de R\$1.000,00 no valor adicionado por aquele setor associa-se à um aumento médio de 8 unidades no emprego formal.

Pode-se concluir que, somente nos municípios menores, o valor adicionado do setor agropecuário apresentou relevância para explicar o emprego formal. O valor adicionado pelo setor de serviços foi o único significativo para todas as categorias de municípios e atuou no sentido de aumentar o emprego formal. Por outro lado, o efeito do programa bolsa família apresentou divergência entre os modelos que consideram a possibilidade de existência de um efeito decorrente de uma tendência temporal (incluem as *dummies* de tempo) e os modelos que não consideram aquela tendência temporal. Naqueles primeiros, o programa bolsa família não apresentou significância estatística apenas para o grupo de municípios menores (Equação 1), para os outros o efeito foi significativo e com o sinal esperado, ou seja, um aumento dos contratos do bolsa família atuava no sentido de aumentar o emprego formal.



Em contrapartida, nos modelos que incluem as *dummies* de tempo, o efeito do bolsa família foi significativo na categoria de municípios menores e de municípios médios (Equação 5 e 6) e, diferente do que foi observado anteriormente, o impacto foi no sentido de redução do emprego formal.

Como o resultado foi discrepante, foram estimados os modelos de efeitos fixos sem transformar a variável “ano” em *dummy*, para avaliar se a mesma era significativa para explicar o emprego formal. Os resultados estão em anexo e indicaram que ela é relevante. Assim sendo, existe uma tendência no emprego formal e, portanto, os modelos que devem ser considerados são aqueles que contêm as *dummies* anuais que captam o efeito temporal e estão representados pelas Equações de (5) à (8). Além disso, os modelos que contêm as *dummies* temporais apresentaram maiores valores para o grau de ajuste, se comparado aos modelos sem as *dummies*.

Assim sendo, elege-se que os melhores modelos são os de efeito fixo com *dummies* temporais (Equações de 5 à 8) e, nestes, o valor adicionado do setor agropecuário é relevante para o emprego formal apenas para as duas categorias de municípios menores e o sinal está de acordo com o esperado. O valor adicionado pelo setor de serviços aumenta o emprego formal em todas as categorias de municípios e, por outro lado, o programa bolsa família reduz o emprego formal nos municípios menores e nos médios.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho se propôs a analisar a geração de empregos a partir das variáveis representadas pelo crescimento econômico e política social caracterizada pelo Programa Bolsa Família.

Foram estudados todos os municípios do Estado de Minas Gerais com exceção à cidade de Belo Horizonte, por se mostrar um ponto discrepante para o grupo dos maiores municípios e dessa forma identificou-se a necessidade de não analisá-la. Dessa forma, trabalhou-se com 852 municípios que foram categorizadas em municípios de até 19.500 habitantes, municípios de 19.501 a 55.000, municípios de 55.001 a 150.000 habitantes. O estudo foi feito para os anos de 2004 a 2008 por se constituir um período de crescimento para o Brasil e para o Estado de Minas, além da grande influência do Programa Bolsa Família.

Como metodologia, utilizou-se a análise de painéis como forma de avaliar a influência das variáveis valor adicionado agricultura, valor adicionado na indústria, valor adicionado em serviços e do número de contratos do programa Bolsa Família no número de empregos formais gerados.

Por meio dos testes de Chow, do teste de Hausman e do teste LM de Breusch-Pagan, identificou-se que a estimação dos modelos por Efeitos Fixos foi a opção adequada para os dados considerados. Ao todo foram 8 (oito) modelos que foram testados e avaliados no artigo.

Para o grupo de município menores de até 19.500 habitantes (Equações 1 e 5) as estimações indicaram que o valor adicionado dos três setores da economia são estatisticamente significativos para explicar emprego formal. O setor agropecuário e de serviços contribuiu para aumentar o emprego formal, enquanto que um aumento do valor adicionado do setor industrial reduz o emprego formal. Em termos de significância econômica, o setor de serviços contribuiu mais do que o agropecuário, pois, uma aumento de R\$1.000,00 no valor adicionado do setor de serviços relaciona-se à um aumento de 10 unidades no emprego formal, enquanto que o mesmo aumento no valor adicionado do setor agropecuário eleva o emprego formal em apenas uma unidade. Quanto à importância do programa Bolsa Família (variável independente “*bf*”) para o emprego formal, os resultados apontaram para a significância estatística apenas na Equação (5) que inclui as *dummies*

temporais, e o efeito se dá no sentido de redução do emprego formal. Ou seja, um aumento do número de contratos do programa bolsa família nos pequenos municípios atua no sentido de redução da quantidade de emprego formal. Pode-se concluir que, somente nos municípios menores, o valor adicionado do setor agropecuário apresentou relevância para explicar o emprego formal. O valor adicionado pelo setor de serviços foi o único significativo para todas as categorias de municípios e atuou no sentido de aumentar o emprego formal. Por outro lado, o efeito do programa bolsa família apresentou divergência entre os modelos que consideram a possibilidade de existência de um efeito decorrente de uma tendência temporal (incluem as *dummies* de tempo) e os modelos que não consideram aquela tendência temporal. Naqueles primeiros, o programa bolsa família não apresentou significância estatística apenas para o grupo de municípios menores (Equação 1), para os outros o efeito foi significativo e com o sinal esperado, ou seja, um aumento dos contratos do bolsa família atuava no sentido de aumentar o emprego formal.

No que se refere aos municípios que compõem a segunda categoria (de 19.5001 a 55.000) de tamanho populacional (Equação 2 e 6), o valor adicionado da agropecuária perde significância estatística se comparado aos resultados encontrados para o grupo de municípios menores. A única variável independente que ainda permanece importante para explicar o emprego formal é o valor adicionado do setor de serviços.

No terceiro grupo de municípios, com tamanho populacional entre 55.501 e 150.000, o setor de serviços continua sendo o único relevante para explicar o emprego formal, e o programa bolsa família apresenta efeito negativo sobre emprego formal, quando se analisa a equação (7), que inclui o efeito temporal.

Por fim, os resultados das estimações para o grupo de municípios enquadrados na última categoria (acima de 150.000 habitantes), ou seja, com maior população, indicaram que apenas o valor adicionado do setor de serviços apresenta significância estatística para explicar o emprego formal. E, o coeficiente estimado revelou que um aumento de R\$1.000,00 no valor adicionado por aquele setor associa-se à um aumento médio de 8 unidades no emprego formal.

Em contrapartida, nos modelos que incluem as *dummies* de tempo, o efeito do bolsa família foi significante na categoria de municípios menores e de municípios médios (Equação 5 e 6) e, diferente do que foi observado anteriormente, o impacto foi no sentido de redução do emprego formal.

Como o resultado foi discrepante, foram estimados os modelos de efeitos fixos sem transformar a variável “ano” em *dummy*, para avaliar se a mesma era significativa para explicar o emprego formal. Os resultados indicaram que ela é relevante. Assim sendo, existe uma tendência no emprego formal e, portanto, os modelos que devem ser considerados são aqueles que contêm as *dummies* anuais que captam o efeito temporal e estão representados pelas Equações de (5) à (8). Além disso, os modelos que contêm as *dummies* temporais apresentaram maiores valores para o grau de ajuste, se comparado aos modelos sem as *dummies*.

Assim sendo, elege-se que os melhores modelos são os de efeito fixo com *dummies* temporais (Equações de 5 à 8) e, nestes, o valor adicionado do setor agropecuário é relevante para o emprego formal apenas para as duas categorias de municípios menores e o sinal está de acordo com o esperado. O valor adicionado pelo setor de serviços aumenta o emprego formal em todas as categorias de municípios e, por outro lado, o programa bolsa família reduz o emprego formal nos municípios menores e nos médios.

Entende-se também a importância da continuidade das análises como o aprofundamento das análises utilizando-se outras técnicas como painéis dinâmicos, além da inclusão de outras variáveis independentes que poderiam estar associadas ao emprego formal.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALTAR, P. E. A. **Estagnação da economia, abertura e Crise do emprego urbano no Brasil**. Revista Economia e Sociedade, n. 06. Campinas: IE/Unicamp. 1996;
- BALTAR, P. E. A. et al. **Trabalho no governo Lula: uma reflexão sobre a recente experiência brasileira**. Global Labour University Working Papers (GLU), n. 9. Maio, 2010;
- BASTOS, Raul Luís Assumpção. **Desemprego metropolitano no Brasil: 1999-2007**. Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais (ABEP). Caxambu - Minas Gerais. 2010;
- BELIK, W.; DEL GROSSI, M. O Projeto Fome Zero no contexto das políticas Sociais no Brasil. In: Anais do XLI Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia Rural. Juiz de Fora, julho, 2003.
- CACCIAMALI, M. C. **Mercado de Trabalho no Brasil da década de 1990: menos empregos, mais política pública**. São Paulo: IPE/USP. 1995;
- CRESS. Legislação social: cidadania, políticas exercício profissional. Curitiba: CRESS 11 REGIAO, 2007.
- DIEESE. A Situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos São Paulo, 404 p. 2012
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Mapa do mercado de trabalho: estrutura e evolução da ocupação formal em Minas Gerais**. 2008;
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - FJP. **Produto Interno Bruto - Minas Gerais - 1995-2008 - Série Histórica - Nova Metodologia das Contas Regionais do Brasil**. Centro de Estatística e Informações. Belo Horizonte, março de 2011;
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Software desenvolvido por Eduardo Martins. Versão 2011. Disponível em: <<http://www.fjp.gov.br/index.php/indicadores-sociais/-imrs-indice-mineiro-de-responsabilidade-social>>
- IBASE - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. Repercussões do Programa Bolsa-Família na segurança alimentar e nutricional: relatório síntese. Rio de Janeiro: IBASE, 2008. Disponível em: <http://www.ibase.br>. Acessado em 15/01/2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de crescimento anual do PIB do Brasil e Censo 2010**. Acesso em 20 de janeiro de 2013. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia\\_visualiza.php?id\\_noticia=2093](http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2093);
- IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. IPEA Data. Base de dados disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>
- MATTOSO, J. e BALTAR P. E. A. **Estrutura Econômica e emprego no Brasil: A experiência recente**. In: Reis Velloso, J. P. (coord). Brasil: Desafios de um país em transformação. Ed. José Olympio - RJ. 1997;
- MATTOSO, J.; POCHMANN, M. **Mudanças estruturais e Trabalho no Brasil**. Revista Economia e Sociedade, n. 10, p. 213-43. Campinas: IE/Unicamp. 1998;
- MATTOSO, J. **O Brasil Desempregado**. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo - SP. 1999;
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. Perfil das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família. Brasília. Dezembro, 2006.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social - Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, Módulo 6 da Capacitação à Distância de Técnicos e Gestores do Programa Bolsa Família, Programas Complementares, Brasília, 2007.
- MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. Bolsa Família. Disponível em <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acessado em 20/12/2011.

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social. SUAS Disponível em <http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/suas>. Acessado em 20/12/2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (MTE). **Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais**. Relação Anual de Informações Sociais – RAIS, 2010;

ORTEGA, A. C. e SOBEL, T. Desenvolvimento Territorial. Uma avaliação das políticas governamentais no submédio do Vale do São Francisco. In Território, Políticas Públicas e Estratégias de Desenvolvimento. Ortega, A. C. (org) Campinas, SP. Editora Alínea, 2007

POCHAMNN, M. Programas tipos Bolsas Família não bastam. In: Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes). Entrevista realizada em 5 de dezembro de 2005. Disponível em <http://www.cedefes.org.br/new/index.php>. Acesso em 10 de Novembro de 2011.

SOUZA, L. R. Uma Análise Preliminar do Programa Fome Zero como uma Política Social de Desenvolvimento. Dissertação de Mestrado. Instituto de Economia, Uberlândia MG, 2006.